

Moreira protesta contra alterações nos tributos

ANC 03

Com um sonoro palavrão, que pronunciou no elevador do Clube Municipal, depois de ter participado de um almoço na Associação Comercial,

o Governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, demonstrou ontem toda a sua irritação ao tomar conhecimento das pressões que estão sendo feitas para a alteração de trechos da legislação tributária no texto do relatório que trata da matéria, resultante de um encontro de Secretários da Fazenda e enviado à Comissão de Sistematização da Constituinte.

Ao presidente da Associação Commercial, Amaury Temporal, o Governador não apontou os responsáveis pelas alterações, mas enfatizou que as mudanças poderão criar sérios problemas para as administrações estaduais.

Moreira Franco justificou seu desabafo explicando que o texto, como está hoje, expressa a unanimidade obtida junto aos governos estaduais durante a reunião realizada na cidade gaúcha de Canelá, quando os Secretários de Fazenda elaboraram um documento capaz de compatibilizar os interesses de todas as regiões do País.

Ele recebeu informações, procedentes de Brasília, segundo as quais haveria uma substancial limitação

nos Fundos Estaduais e uma redução na partilha tributária com a transferência do ISS para os municípios.

Com o objetivo de demonstrar que o documento elaborado em Canelá é válido e deve ser levado em consideração pelos parlamentares, o Governador fluminense lembrou que o texto foi apresentado ao Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e ao Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral. Segundo um de seus assessores, Moreira Franco não consegue compreender e nem aceitar que "esse esforço para que a Federação se materialize esteja agora sendo ameaçado".

Para o assessor, o Governador pretende empenhar-se a fim de que o texto elaborado pelos Secretários de Fazenda não sofra alterações, "porque nele há um grande peso político, além de um peso técnico, já que todos os Governadores manifestaram-se favoráveis a uma maior autonomia dos Estados e municípios".

O documento foi elaborado após cinco meses de estudos e reuniões preliminares, período em que se realizou um minucioso levantamento dos pontos comuns apresentados por vários Secretários de Estado.